

GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO SERTÃO CENTRAL DO CEARÁ: CASO DA ACESSIBILIDADE FÍSICA AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Sérgio Horta Mattos (*), Marcos J. C. Bessa, Valter de S. Pinho, Aélcio A. de Sousa, Kerton Martins de Sousa

* Centro Universitário de Quixadá (UNICATÓLICA), sergiohorta@unicatolicaquixada.edu.br

RESUMO

A universidade como ambiente educativo inclusivo requer condições que garantam o acesso e a participação autônoma de todos os acadêmicos às suas dependências e atividades de formação. A acessibilidade é uma das atividades que permitem a educação inclusiva, é a ideia de um mundo sem obstáculos, ou seja, o direito de ir e vir, respeitado e colocado em prática. Nesta perspectiva o presente trabalho objetivou realizar um diagnóstico socioambiental do campus da UNICATÓLICA no município de Quixadá – CE através do seu projeto de acessibilidade física para conhecer como ocorreu a internalização desta política de sustentabilidade. Trata-se de um estudo de caso delineado como uma pesquisa do tipo exploratória descritiva transversal numa abordagem qualitativa sendo realizado em 2015. Os resultados mostraram que a UNICATÓLICA implantou uma política de promoção da acessibilidade, por meio da adequação arquitetônica, urbanística e da sinalização do seu espaço construído tornando seus ambientes inclusivos aos alunos, professores, funcionários e visitantes.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão, sustentabilidade, acessibilidade.

INTRODUÇÃO

O interesse por sustentabilidade se originou durante a década de 1980, a partir da conscientização dos países em descobrir formas de promover o crescimento sem destruir o meio ambiente, nem sacrificar o bem-estar das futuras gerações conforme explica Diniz da Silva (2009). Desde então, o termo se transformou em cenário para causas sociais e ambientais, principalmente nos negócios, onde prevalece a ideia de geração de lucro para os acionistas, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a qualidade de vida das pessoas com que mantém interações (BACHA et al., 2010).

A constituição brasileira (BRASIL, 1988) assegura o direito à educação para todos, sem nenhum tipo de discriminação. A escola cumpre papel fundamental para a escolarização de todos os alunos e deve atender as demandas dos alunos com deficiência que encontram barreiras de acesso para sua participação no ensino comum. Nesse sentido, surge a necessidade de adequação dos espaços escolares com base nas normas e legislação vigentes de forma a garantir a autonomia e a independência desses alunos no seu cotidiano escolar.

Neste contexto, uma Instituição de Ensino Superior (IES) do município de Quixadá do Sertão Central do Ceará vem investindo na ampliação e modernização de sua infraestrutura, assim como na aquisição de novas e modernas tecnologias educacionais, além de seu desempenho no processo de valorização e profissionalização das pessoas que participam de seu desenvolvimento.

Compreendeu que era de muita importância desenvolver projetos, que objetivassem implementar políticas de promoção social, como o de acessibilidade no seu campus em sua completude, orientado para um sistema de ensino inclusivo, assegurando o direito de todos à educação, servindo como modelo de referência para a cidade no aspecto social dentro do tripé da sustentabilidade.

Neste sentido optou-se por realizar este trabalho, tratando-se de um estudo de caso, no intuito de conhecer o projeto de acessibilidade física desta IES na perspectiva de discernir como ocorreu a internalização desta política de sustentabilidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Sustentabilidade

Para LOWI (2005), os modelos econômicos atuais estão nos conduzindo a um desastre ambiental de dimensões incalculáveis, que já é possível de ser presenciado na atualidade: poluição do ar nas grandes cidades, aquecimento do planeta, desertificação, degelo polar, destruição da camada de ozônio.

O interesse por sustentabilidade se originou durante a década de 1980, a partir da conscientização dos países em descobrir formas de promover o crescimento sem destruir o meio ambiente, nem sacrificar o bem-estar das futuras gerações conforme explica Diniz da Silva (2009). Desde então, o termo se transformou em cenário para causas sociais e ambientais, principalmente no nos negócios, onde prevalece a idéia de que de geração de lucro para os acionistas, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a qualidade de vida das pessoas com que mantém interações (BACHA et al., 2010).

Bacha et al. (2010) afirmam que sustentabilidade seria fruto de um movimento histórico recente que passa a questionar a sociedade industrial enquanto modo de desenvolvimento. Seria o conceito síntese desta sociedade cujo modelo se mostra esgotado. A sustentabilidade pode ser considerada um conceito importado da ecologia, mas cuja operacionalidade ainda precisa ser provada nas sociedades humanas (ROSA, 2007).

De acordo com Rosa (2007) a sustentabilidade é consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Se estas características forem aplicadas às sociedades humanas, essas também poderão alcançar a sustentabilidade.

Sustentabilidade e Organizações

As organizações ao inserir a sustentabilidade na formulação de suas estratégias deverão contemplar o equilíbrio entre as necessidades econômicas com a equidade social e o respeito ao meio ambiente, visando atender às necessidades das gerações atuais e futuras do planeta. Estas três variáveis, econômica, social e ambiental são que Elkington (1999) denomina de resultado tridimensional da sustentabilidade, o *triple botton line*.

Conforme Mills (1993), o desenvolvimento da estratégia ambiental deve analisar os concorrentes, os parceiros, os produtos, as matérias-primas, as perdas e os resíduos da empresa. O autor considera que esta estratégia deve ser direcionada por quatro fatores: o mercado (composto pelos consumidores, associações, concorrentes e consultores), os provedores de recursos (clientes, seguradoras, fornecedores, bancos e investidores), os elementos coercivos (regulamentos locais, legislação internacional) e os elementos sociais (instituições religiosas, organizações não-governamentais, comunidade, academia, imprensa e poder judiciário).

Trabalho realizado por Aberdeen Group (2009) demonstrou que 59% dos respondentes consideram que a sustentabilidade está inserida na estratégia das suas empresas. Os resultados mencionam ainda que entre as empresas com os melhores desempenhos, 74% possuem uma política de sustentabilidade. E, para um grande número de empresas a performance positiva para as causas sociais e ambientais estão vinculadas à sua visão de longo prazo.

Lacy (2010) descreve que foi lançado em Nova York o maior estudo de sustentabilidade corporativa, publicado o qual revela que o compromisso com as questões ambientais, sociais e de governança tornou-se excepcionalmente forte: 93% dos CEOs vêem a sustentabilidade como fundamental para o sucesso da sua empresa. Para Lacy, há um sentido real no processo de negócios, onde os atores estão começando a ver que uma economia sustentável é uma proposta realista. No entanto, os CEOs acreditam que, se quisermos chegar a uma época em que a sustentabilidade estará completamente integrada aos negócios, iremos vivenciar um ambiente operacional profundamente diferente de hoje.

Acessibilidade

A inclusão escolar é um movimento mundial que condena toda forma de segregação e exclusão. Ela implica em uma profunda transformação nas escolas, uma vez que envolve o rompimento de atitudes de discriminação e preconceito, de

práticas de ensino que não levam em consideração as diferenças, e de barreiras de acesso, permanência e participação dos alunos com deficiência nos ambientes escolares (DISCHINGER, 2004).

A constituição brasileira (BRASIL, 1988) assegura o direito à educação para todos, sem nenhum tipo de discriminação. A escola cumpre papel fundamental para a escolarização de todos os alunos e deve atender as demandas dos alunos com deficiência que encontram barreiras de acesso para sua participação no ensino comum. Nesse sentido, surge a necessidade de adequação dos espaços escolares com base nas normas e legislação vigentes (ABNT, 2004), de forma a garantir a autonomia e a independência desses alunos no seu cotidiano escolar.

Acessibilidade espacial significa bem mais do que apenas poder chegar ou entrar num lugar desejado. É, também, necessário que a pessoa possa situar-se, orientar-se no espaço e que compreenda o que acontece, a fim de encontrar os diversos lugares e ambientes com suas diferentes atividades, sem precisar fazer perguntas. Deve ser possível para qualquer pessoa deslocar-se ou movimentar-se com facilidade e sem impedimentos. Além disso, um lugar acessível deve permitir, através da maneira como está construído e das características de seu mobiliário, que todos possam participar das atividades existentes e que utilizem os espaços e equipamentos com igualdade e independência na medida de suas possibilidades (DISCHINGER, 2004).

Pessoas com Necessidades Especiais/Deficiência

A denominação utilizada para se referir às pessoas com alguma limitação física, mental ou sensorial assume várias formas ao longo dos anos. Utilizavam-se expressões como "inválidos", "incapazes", "excepcionais" e "pessoas deficientes", até que a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), por influência do Movimento Internacional de Pessoas com Deficiência, incorporou a expressão "pessoa portadora de deficiência", que se aplica na legislação ordinária. Adota-se, hoje, também, a expressão "pessoas com necessidades especiais" ou "pessoa especial". Todas elas demonstram uma transformação de tratamento que vai da invalidez e incapacidade à tentativa de nominar a característica peculiar da pessoa, sem estigmatizá-la. A expressão "pessoa com necessidades especiais" é um gênero que contém as pessoas com deficiência, mas também acolhe os idosos, as gestantes, enfim, qualquer situação que implique tratamento diferenciado. Igualmente se abandona a expressão "pessoa portadora de deficiência" com uma concordância em nível internacional, visto que as deficiências não se portam, estão com a pessoa ou na pessoa, o que tem sido motivo para que se use, mais recentemente (SASSAKI, 2003).

O Decreto n.3298/99, alterado pelo Decreto n.5296/04 (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2011), traz as definições no tocante à pessoa com deficiência, considerando 5 tipos de deficiência: a física, auditiva, visual, mental e múltipla:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000Hz;

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas;

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

METODOLOGIA

Tipo de Estudo

Este trabalho é um estudo de caso delineado como uma pesquisa do tipo exploratória descritiva transversal numa abordagem qualitativa (PRESTES, 2013).

Local de Estudo

A pesquisa ocorreu na UNICATÓLICA situada no município de Quixadá – CE, Brasil, o qual está inserido na região do sertão central do estado do Ceará. Possui clima tropical quente semiárido com temperatura média anual de 30°C, com pluviometria média anual de 818 mm com chuvas concentradas de fevereiro a abril. A vegetação característica da maior parte do município é a caatinga. Sua população segundo o IBGE (2010) é de 80.605 habitantes, estando 57.482 na zona urbana e 23.123 na zona rural. O município possui o 17º maior PIB do estado, maior renda per capita e melhor IDH da Mesorregião dos Sertões Cearenses.

A cidade está sendo conhecida como cidade universitária do sertão central pois conta atualmente com seis instituições de ensino superior, públicas e privadas. Entre elas estão a Universidade Federal do Ceará, o Instituto Federal de Educação Superior, a Universidade Estadual do Ceará e a Faculdade Católica Rainha do Sertão.

Período de Estudo

O estudo foi realizado durante o primeiro semestre de 2015, precisamente no transcorrer dos meses de janeiro a abril do referido ano.

Coleta de Dados

As informações necessárias para este estudo de caso foram levantadas junto a Coordenação Administrativa da FCRS, precisamente no seu Núcleo de Engenharia e Arquitetura (NEA), sendo disponibilizada mapoteca, planilhas, planos de ação, fotos, entre outros documentos. Também foram realizadas visitas in loco e aplicado questionário específico com questões fechadas e abertas.

RESULTADOS

Verificou-se que em janeiro de 2014 a IES contratou um escritório de arquitetura especializado em acessibilidade, para junto com a equipe da própria instituição, fosse elaborado um Planejamento Estratégico de Ações para a Acessibilidade Física.

O Planejamento elaborado foi apresentado em maio de 2014 e continha 3 fases: 1) Anamnese – consistiu no levantamento das barreiras arquitetônicas e urbanísticas existentes no Campus em diversos ambientes prioritários; 2) Diagnóstico - nesta etapa todas as medidas necessárias para a elaboração dos projetos arquitetônicos, urbanísticos e de sinalização foram agrupados em ações e as ações agruparam projetos semelhantes; 3) Plano de Ação para execução de obras de engenharia, arquitetura e mobiliário – consistiu na elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos e de sinalização.

Na Fase 1 se fez todo o levantamento das barreiras arquitetônicas e urbanísticas existentes nos ambientes prioritários: centro de antedimento ao aluno, biblioteca, auditório e videoteca, lanchonetes, banheiros de alunos, professores e funcionários, estacionamentos, calçadas e rampas externas, caminhos, praças e pátios internos, sinalização do campus.

No diagnóstico (Fase 2) foram identificadas dez tipologias de ação, necessárias para a execução dos projetos de acessibilidade no Campus, assim divididas: a) Barreiras Arquitetônicas - acessibilidade nas circulações verticais; adequação de ambientes internos; acessibilidade em ambientes para eventos públicos; reforma de mobiliário; projeto para mobiliário de sala de aula; b) Barreiras Urbanísticas - circulação externa, organização dos acessos e caminhos, definições de estacionamentos acessíveis; elaboração de mobiliário urbano; praças acessíveis; c) Sinalização - implantação da sinalização tátil; sinalização para obstáculos suspensos.

O critério utilizado para elaboração das etapas de execução das reformas e adequações (Fase 3) foi o de estabelecer prioridades, que garantiriam a acessibilidade no uso mais corriqueiro das pessoas com mobilidade reduzida nos ambientes mais frequentados. Posto isto, o Plano de Ação foi executado em 4 etapas de trabalho, almejando a qualificação do espaço físico da Faculdade, tempo a tempo. Nestas etapas os projetos arquitetônicos necessários para tornar o Campus acessível foram subdivididos naquelas ações que foram organizadas no diagnóstico apresentado.

As obras de engenharia foram executadas a partir de junho de 2014 e tiveram seu término em dezembro do mesmo ano cujos resultados procuraram atender a Lei nº 10.098/2000 em defesa do direito de ir e vir de cada cidadão brasileiro e as diretrizes estabelecidas na Norma Brasileira NBR 9050/2004, conforme orientação do Ministério da Educação e Cultura.

CONCLUSÃO

Pode-se ressaltar pelos resultados observados no diagnóstico socioambiental realizado que a IES estudada implantou uma política de promoção da acessibilidade, por meio da adequação arquitetônica, urbanística e da sinalização do seu espaço construído. Desta forma, seus ambientes tornaram-se inclusivos possibilitando não só o acesso físico, como permitindo a participação de alunos, professores, funcionários, familiar e visitante nas suas diferentes atividades, ligadas ao trinômio ensino, pesquisa e extensão. Similar constatação foi verificada noutra faculdade por Feijó e Pinheiro (2012) em que a acessibilidade funcionou como um instrumento para que se alcançasse a sustentabilidade, tendo em vista que os ambientes inclusivos levaram em conta a diversidade de grupos e a inclusão social, fortalecendo as estruturas sustentáveis e permitindo o desenvolvimento social, econômico e ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABEERDEN GROUP: **The roi of sustainability** : making the bussiness case. 2009, 12p. Disponível em: <http://www.aberdeen.com>. Acessado em: 06/05/2015.
2. Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 9050: 2004. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificação, espaço mobiliário e equipamentos urbanos / Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
3. BACHA, Maria de Lourdes; SANTOS, Jorgina; SHAUM, Angela. **Considerações Teóricas sobre o conceito de sustentabilidade**. In: Anais do VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT, 2010.
4. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 03/05/2015.
5. _____. **Decreto-lei nº. 5.296, de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2004/5296.htm>. Acesso em: 02/05/2015.
6. DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro. **Learning to construct a more inclusive society through the practice of universal design projects**. 2004. Disponível em: http://www.designfor21st.org/proceedings/proceedings/plenary_dischinger.html. Acesso em: 05/05/2015.
7. ELKINGTON, John. **Petroleum in the 21st century - The triple bottom line**: implications for the oil industry. Oil & Gas, v. 97, n. 50, dez.1999.
8. LACY, Paulo. **Qual será o futuro da Sustentabilidade?** Disponível em: http://br.hsmglobal.com/notas/58260-qual-sera-o-futuro-dasustentabilidade?utm_source=news_sustentabilidade_070710&utm_medium=news_sustentabilidade_070710&utm_content=news_sustentabilidade_070710_qual-sera-o-futuro-da-sustentabilidade&utm_campaign=news_sustentabilidade_070710. 2010. Acessado em: 05/05/2015.
9. LOWI, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.94p.
10. MILLS, Daniel Quinn. **O renascimento da empresa**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993
11. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. **Cartilha da pessoa com deficiência**. Cuiabá: CAOP, 2011. 2ª ed. 81p.
12. PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia**. 4. Ed. São Paulo: Rêspel, 2013. 312p.
13. ROSA, Altair. **Rede de governança ambiental na cidade de Curitiba e o papel das tecnologias de informação e comunicação**. Dissertação de mestrado. Gestão Urbana. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2007.
14. SASSAKI, Romeu Kazumi. **Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, reabilitação, emprego e terminologia**. São Paulo: Revista Nacional de Reabilitação, 2003, p. 1236.
15. SILVA, Diniz da. **Sustentabilidade corporativa**. In: Anais do VI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT, Resende, RJ, 2009.